

Igrejas e ecumenismo: uma relação identitária

Elias Wolff*

Resumo: O artigo defende a tese de uma relação de identidade autêntica entre o ecumenismo e as igrejas, apesar de mostrar plena ciência de vários entraves práticos e institucionais que apresentam a tendência de separação e tensões entre as duas grandezas. Diante das dificuldades que as igrejas costumam apresentar frente ao movimento ecumênico, o autor propõe, concretamente, três desafios para estreitar os vínculos entre ambos, concluindo com a apresentação de alguns passos que deverão nortear o caminhar ecumênico das igrejas.

Resumen: El artículo defiende la tesis de una relación de identidad auténtica entre el ecumenismo y las iglesias, a pesar de mostrar plena ciencia de varios obstáculos prácticos e institucionales que presentan la tendencia de separación y tensiones entre dos grandezas. Frente a las dificultades que las Iglesias acostumbran a presentar frente al movimiento ecuménico, el autor propone, concretamente, tres desafíos para estrechar los vínculos entre ambos, concluyendo con la presentación de algunos pasos que deberán guiar el caminar ecuménico de las iglesias.

Abstract: the article defends the thesis of an authentic relationship of identity between ecumenism and the churches, while remaining fully aware of the various practical and institutional obstacles that tend to lead to separation and tension. Addressing the difficulties usually presented by the churches regarding the ecumenical movement, the author sets three concrete challenges to strengthen the ties between both sides, concluding with some steps to guide the ecumenical journey of the churches.

* Presbítero católico da Diocese de Lages, SC, fez estudos de mestrado em Filosofia e doutorado em Teologia na Europa. Atualmente é professor de Teologia Sistemática no Instituto Teológico de Santa Catarina, no Centro Interdiocesano de Cascavel, PR, e de Filosofia na Fundação Educacional de Brusque, SC. Na área ecumênica, além de publicar trabalhos científicos, é membro da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e do Grupo de Reflexão Ecumênica e Diálogo Inter-religioso (GREDIRE), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

1 - A relação “Igrejas” – “ecumenismo”

A relação entre Igreja e ecumenismo é de fundamental importância no movimento da busca da unidade cristã. É uma relação tão estreita que a natureza, identidade e finalidade de um desses elementos implicam diretamente na natureza, identidade e finalidade de outro. Igualmente, as forças e fragilidades de um são também as forças e fragilidades do outro. O ecumenismo possibilita a reforma e a renovação da Igreja, como queria o Concílio Vaticano II¹, restaurando a visibilidade histórica da sua unidade. Ele contribui para fortalecer a força profética da Igreja, devolvendo-lhe a capacidade de testemunhar a unidade, a comunhão e a solidariedade no mundo. Desse modo, ecumenismo e Igreja se pertencem mutuamente, a causa do ecumenismo é a causa da Igreja e vice-versa, de modo que “Querer a unidade é querer a Igreja”². É por amor à Igreja que se busca abrir caminhos de diálogo no interior do pluralismo eclesial, esforçando-se por realizar a Igreja que possibilite a vivência do Evangelho da unidade e da comunhão.

2 - Tensões da relação: o estado da questão

2.1 - A relação das igrejas com o movimento ecumênico

O movimento ecumênico nasceu à margem das igrejas, na atuação e nos ideais de cristãos leigos e cristãs leigas que desenvolveram profundamente o espírito do diálogo e a aspiração da unidade. E teve seu desenvolvimento através das associações por eles criadas, a partir da segunda metade do século XIX, como a Associação Cristã de Moços e Moças (Inglaterra e EUA, 1844 e 1854, respectivamente), a Federação Mundial de Estudantes Cristãos (1895), as ligas missionárias (que levaram à criação do Conselho Missionário Internacional, 1921), entre outras.

A relação das igrejas com o movimento ecumênico acontece num segundo momento, quando líderes eclesiásticos se integram na caminhada ecumênica de caráter laical, envolvendo a totalidade das próprias igrejas. Dão, assim, a sua contribuição específica para o ecumenismo³. Mas essa

1 Concílio Vaticano II, Decreto sobre o ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*, n. 6.

2 João Paulo II, *Ut unum sint*. São Paulo: Paulinas, n. 9, 2004.

3 A título de exemplo, lembremos: em 1920, a Comunhão Anglicana endereça uma carta a todos os discípulos de Cristo, como um chamado à unidade, na qual apresentam o Quadrilátero de Lambeth (a Sagrada Escritura, os símbolos niceno e dos apóstolos, os sacramentos – Batismo e Eucaristia – e o ministério) como fundamentos e manifestação da unidade visível; também em 1920, o patriarcado ortodoxo de Constantinopla publicou uma encíclica dirigida a todas as igrejas cristãs, propondo uma liga de igrejas, num tom pastoral; o Concílio Vaticano II, como um todo, pode ser considerado a contribuição fundamental dos cristãos católicos ao movimento ecumênico.

relação não é pacífica. As instâncias oficiais apresentam receios e exigências que, mesmo buscando incentivar e orientar o caminhar ecumênico dos fiéis, podem diminuir o ritmo da caminhada desenvolvida pelas iniciativas leigas. As igrejas sentem “riscos” como a perda da identidade confessional, o relativismo da fé eclesial, a perda do “controle” das iniciativas ecumênicas de seus fiéis. Constata-se, assim, uma tensão entre orientações oficiais e iniciativas ecumênicas no meio popular. Nas tradições eclesiais consideradas “históricas”, não há pronunciamentos explicitamente contrários ao ecumenismo. Mas poucas são as conseqüências práticas dos pronunciamentos a ele favoráveis. Na recepção dos resultados já alcançados pelo diálogo teológico, as igrejas estão diante do impasse: assumir ou não tais resultados. Assumi-los implica em mudanças estruturais que as igrejas não parecem dispostas a fazer, como na celebração da Ceia/Eucaristia, nos casamentos mistos, na organização institucional, etc. Não assumi-los resulta em deslegitimar muitos dos esforços realizados pelo movimento ecumênico até o momento. Por isso, muitas vezes as igrejas manifestam tendências a estar no caminho ecumênico sem caminhar ecumenicamente.

De modo geral, as dificuldades das igrejas em relação ao ecumenismo são:

- a fragilidade das convicções ecumênicas no âmbito institucional;
- a setorização do ecumenismo nas igrejas, pela sua concentração na ação de pessoas ou grupos;
- motivações, concepções e práticas ecumênicas diferentes e em contradição no interior de uma mesma tradição eclesial, o que dilacera o ideal ecumênico;
- a carência da formação ecumênica dos fiéis;
- a não recepção estrutural dos resultados dos esforços ecumênicos;
- as motivações diplomáticas nas relações entre as igrejas suplantam as motivações teológicas;
- a notória contradição entre os pronunciamentos oficiais a favor do ecumenismo e as práticas anti-ecumênicas;
- a dificuldade da contextualização social da busca da unidade.

Talvez esses elementos expliquem, ao menos em parte, uma certa letargia nas motivações e iniciativas ecumênicas das igrejas, de modo que elas parecem estar “de carona” na caminhada ecumênica: são levadas pelas motivações dos que fazem o movimento ecumênico avançar, mas sem fazer da causa ecumênica uma opção fundamental para o ser e o agir eclesial.

2.2 - A relação do movimento ecumênico com as igrejas

Se da parte das igrejas verificam-se reservas em relação ao movimento ecumênico, nem sempre o mesmo pode ser observado da parte do movimento ecumênico em relação às igrejas. As iniciativas ecumênicas tomadas no meio popular buscam sintonia com as lideranças eclesiásticas⁴. E vão, aos poucos, se institucionalizando com o surgimento de organismos gerenciadores da busca da unidade no interior das igrejas⁵. Esses organismos formam um "ecumenismo eclesiástico", enquanto outros continuam autônomos em seus projetos, dependendo basicamente das convicções ecumênicas dos seus membros.

O que se observa é que da parte do movimento ecumênico é real a possibilidade de sintonia com as lideranças eclesiásticas. Mais, as iniciativas ecumênicas leigas intensificam-se na medida em que obtêm o aval oficial das igrejas. Por outro lado, na medida em que as igrejas vão se aproximando do movimento ecumênico, elas tendem a querer determinar os seus passos futuros. Para fugir do controle eclesiástico, muitas iniciativas no meio popular acontecem à revelia das igrejas. A razão é que a ânsia pela unidade quer vencer a lentidão institucional no caminhar ecumênico. As iniciativas ecumênicas das igrejas são consideradas demasiadamente tímidas (na cooperação social, na intercomunhão, nos casamentos mistos, etc.) e as orientações oficiais sobre o ecumenismo são quase sem conseqüências, resumindo-se a exortações de caráter moral.

Daqui, alguns concluem que as igrejas podem existir sem o ecumenismo, razão pela qual algumas igrejas não consideram a ecumenicidade da sua confissão de fé e da sua identidade eclesial. Em contra-partida, outros hipotetizam um ecumenismo sem as igrejas. Neste caso, o ecumenismo, indicando o futuro da comunidade cristã, aconteceria paralelamente às igrejas ou até mesmo como negação delas, pelo menos em sua configuração atual.

4 Na América Latina, assim foi na Conferência do Panamá (1916), Montevidéu (1925), La Habana (1929); nas Conferências Evangélicas Latino-Americanas (CELA) I (1949, Buenos Aires), II (1961, Lima), III (Buenos Aires, 1969). Lembremos, ainda, a União Latino-Americana da Juventude Evangélica (ULAJE) (com seu primeiro Congresso em 1941), e Igreja e Sociedade para a América Latina (ISAL) (Huampani, 1961). No Brasil, percebemos o mesmo fato com a Aliança Evangélica Brasileira (1903), a Comissão Brasileira de Cooperação (1920), a Confederação Evangélica do Brasil (1934), os Encontros de Dirigentes de Igrejas (1975-1982).

5 Destacam-se a Unidade Evangélica Latino-Americana (UNELAM) (Campinas, 1965), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) (Huampani, 1982) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) (Porto Alegre, 1982).

Esta parece ser a razão da tensão tanto entre igrejas e ecumenismo, quanto entre “ecumenismo eclesiástico” e “ecumenismo popular”. Esse conflito tem manifestações em três principais elementos: a) nas motivações ecumênicas: nas igrejas são eclesiásticas – ecumenismo dentro dos limites oficiais instituídos – e no meio popular são existenciais, sem acentuar os critérios teóricos/técnicos da instituição; b) nos métodos da ação ecumênica: nas igrejas é o diálogo oficial, com atuação de peritos e com base nas razões doutrinárias da fé; e no meio popular é prático, com mais espaço para a criatividade metodológica e de agentes; c) nas concepções sobre ecumenismo: nas igrejas, o universo semântico de ecumenismo está diretamente vinculado às doutrinas eclesiásticas; no meio popular, a concepção é pastoral, com mais espaço para autonomia entre ecumenismo e doutrina – pelo princípio universal da “fé comum” bíblicamente fundamentada, e com aberturas para o “macro-ecumenismo”.

3 - Por onde ir?

O caminho para aproximar igrejas e ecumenismo exige uma concepção de Igreja que implique o ecumenismo. Tem-se, então, um “ecumenismo eclesial” na medida em que se tem uma “Igreja ecumênica”. Nesse caso, o “e” não indica separação. É, de fato, com-junção.

Há que se acentuar mais uma “igreja ecumênica” e um “ecumenismo eclesial” do que um “ecumenismo eclesiástico”. “Igreja ecumênica” – “ecumenismo eclesial” possibilitam mais espaço para o diálogo, a tolerância, o reconhecimento do outro. O “eclesial” pertence à própria fé cristã, de modo que a Igreja realiza-se pela abertura a todos os espaços onde a fé é professada. Já o “eclesiástico” indica um modo particular de compreender a fé, numa determinada tradição. Um “ecumenismo eclesiástico” aparece, então, vinculado à orientação de uma tradição eclesial. Há, ainda, um outro elemento a ser considerado: o ecumenismo “eclesial” sustenta-se nas práticas ecumênicas dos cristãos (e a eclesialidade destas manifesta-se na medida em que constroem a Igreja), enquanto que um ecumenismo “eclesiástico” se sustenta nas iniciativas dos representantes oficiais das igrejas.

Tantas são as concepções de ecumenismo quantas são as igrejas. O risco para o ecumenismo aparece, quando as igrejas o concebem unicamente a partir da própria experiência eclesial. Valoriza-se, então, apenas o “ecumenismo oficial”, cujas práticas são limitadas ao que é aspirado ou permitido por uma determinada denominação. Nesse caso, fora do âmbito eclesiástico, o ecumênico perde sua oficialidade, torna-se “marginal” e até mesmo “perigoso”. E o fato de as igrejas imporem limites ao ecumenismo a

partir de suas tradições faz com que o diálogo entre elas esteja em constante tensão, uma vez que, ao menos implicitamente, cada uma gostaria de fazer valer sua concepção de unidade. Eis a razão pela qual as relações ecumênicas são, na maioria das vezes, de natureza mais diplomática do que realmente ecumênica e teológica, de modo que não raras vezes o ecumenismo eclesiástico se resume às práticas de boa vizinhança entre as igrejas.

Uma possível saída desse impasse consiste em responder à questão: que ecumenismo e para que Igreja? Já foi dito que toda concepção de Igreja implica numa concepção de ecumenismo e vice-versa. E, por essa razão, não se pode fugir de um ecumenismo que seja, em alguma medida, eclesiástico. Mas isso como “meio” para o ecumenismo “eclesial”, que configura uma Igreja ecumênica. Para isso, é necessário afirmar a ecumenicidade do ser eclesial, que se manifesta pelas relações com os diferentes espaços onde se professa a fé cristã. Uma Igreja ecumênica afirma-se por uma identidade relacional que, sem relativismos, sabe configurar-se pelos elementos do Evangelho que ela colhe no convívio com as diferentes tradições eclesiais. Assim, um ecumenismo eclesial é possível na medida em que as práticas ecumênicas sustentam o ser da Igreja, a qual, mesmo se enraizada numa determinada tradição, impele ao reconhecimento da legitimidade da vivência do Evangelho para além das estruturas e instituições dessa tradição.

Respondendo à questão acima sobre “que ecumenismo e para que Igreja?”, urge uma compreensão de ecumenismo que se caracterize por três principais elementos: universalidade – não excluindo nenhuma experiência eclesial do Evangelho; diferenciação – valorizando o que é próprio de cada tradição eclesial; abertura para a “superabundância de sentido” que se manifesta nas diferenças das tradições eclesiais que possibilitam o enriquecimento e crescimento mútuo⁶. Essa compreensão de ecumenismo concretiza-se numa Igreja cuja ecumenicidade se manifesta pela inter-eclesialidade da experiência da fé. O reconhecimento dessa “inter-eclesialidade” é o que possibilita o diálogo e a cooperação que conduzem à comunhão.

4 - Três principais desafios

4.1 - É justo vincular o movimento ecumênico às igrejas?

Inicialmente, impõe-se uma observação. Existe o risco de “identificar” a unidade buscada com a atual compreensão e experiência de unidade

⁶ WOLFF, Elias. Caminhos do Ecumenismo no Brasil. São Paulo: Paulus, 2002. p. 175.

que uma tradição eclesial possui. Assim, está na unidade quem está na “minha igreja”. Não se pode confundir o estado atual das igrejas e a sua compreensão de comunhão com a comunhão buscada pelo ecumenismo. A unidade almejada impele ao futuro, é mais que o que se prevê, afirmando a autonomia do movimento ecumênico como um horizonte utópico para as igrejas. Nesse sentido, a ação das igrejas não pode controlar o movimento ecumênico, nem impor limites intransponíveis. Além disso, o ecumenismo como horizonte utópico exige contínua revisão das igrejas, redimensionando suas doutrinas, estruturas e instituições com vistas à futura unidade. O ecumenismo aparece, então, como “correção” das igrejas: a partir do horizonte maior (unidade/comunhão) é que se modela o menor (elementos institucionais da comunhão).

Mas não se trata de afirmar um ecumenismo sem igrejas. Seria por demasiado abstrato. As igrejas são o espaço concreto da realização da utopia da comunhão proposta pelo ecumenismo. E, portanto, têm o ecumênico não apenas como seu fim, mas também como conteúdo e método: ecumênico é o ser da Igreja e o jeito de a Igreja ser. “Método” não é apenas o “caminho para” a meta (comunhão), é já estar na meta. Durante o caminhar já se experimenta o fim do caminho. Desse modo, o ser ecumênico da Igreja é *conditio sine qua non* para a realização da própria Igreja e do ecumenismo.

Afirma-se, assim, a necessidade de vincular ecumenismo e igrejas pelo fato de que a razão do ecumenismo é a mesma razão das igrejas – o Evangelho. Em última instância, o que se quer é viver o Evangelho. As igrejas são (ou deveriam ser) o espaço da concretude do Evangelho. E o ecumenismo, como realidade de comunhão, unidade, cooperação, diálogo, convivência, dá visibilidade ao conteúdo evangélico das igrejas. Esse conteúdo configura a “natureza”, a “identidade” e a “meta” das igrejas. Ao atingir-se esse horizonte, tem-se a mais elevada experiência de Igreja-comunhão, fora da qual a Igreja perde sua razão evangélica de ser.

4.2 - Por isso, o modo de ser Igreja incide diretamente no movimento ecumênico

As dificuldades e tensões internas vividas pelas igrejas podem dificultar o caminho ecumênico na busca da Igreja una. Por outro lado, as experiências positivas favorecem essa busca. Dentre as experiências positivas das igrejas que incentivam o ecumenismo, destacam-se: a ministerialidade, a laicidade, a inserção social, a concepção bíblica da Igreja como povo de Deus, a concepção sacramental das instituições eclesiais.

Pode-se dizer que experiências eclesiais que se distanciam dessas realidades são também experiências anti-ecumênicas. A história mostra que as igrejas que pouco têm desenvolvido a laicidade, a inserção social, a consciência de "Igreja-povo", etc. são as que mais têm dificuldades em relação ao ecumenismo.

4.3 - Como as igrejas podem contribuir para com o movimento ecumênico?

Há um só modo: sendo ecumênicas, isto é, explicitando a ecumenicidade do próprio ser eclesial, do próprio Batismo, do Evangelho, da fé, da ação pastoral, de modo que o ecumênico configure a consciência e o comportamento dos cristãos. Trata-se da construção de uma eclesiologia ecumênica, que apresente a relação intrínseca entre Igreja-ecumenismo. A razão teológica é que os elementos que constituem a Igreja (a fé, a graça, o Evangelho, a ação sacramental, a prática da caridade, etc.) são os mesmos elementos que constituem o ecumenismo. Não há possibilidade de se pensar uma Igreja cuja fé, ação sacramental e serviço ao Evangelho não conduzem à unidade. Uma Igreja que, conscientemente, se oponha ao ecumenismo deveria questionar a sua identidade cristã, a veracidade da sua fé, a legitimidade evangélica de suas doutrinas e instituições. Tudo na Igreja deve convergir à unidade desejada por Jesus (Jo 17).

Isto significa inserção das igrejas na "tradição ecumênica". Tal inserção exige:

a) o reconhecimento do movimento ecumênico como movimento da própria Igreja em busca e em crescimento na comunhão. Ela se faz movimento e faz o movimento. Daqui parte a relação essencial entre ecumenismo e igrejas. O ecumenismo não é "apêndice", mas elemento constitutivo da Igreja;

b) a criação de mecanismos que promovam o ecumenismo no interior da própria tradição eclesial;

c) a recepção, no nível das estruturas eclesiais, dos resultados do diálogo ecumênico sobre questões doutrinárias;

d) a formação ecumênica da consciência e do agir eclesial dos ministros eclesiásticos, das comunidades dos fiéis e dos organismos eclesiásticos.

A consequência da inserção das igrejas na "tradição ecumênica" é um rever a compreensão de Igreja em cinco principais horizontes:

– Na reflexão teológica: as igrejas são convidadas pelo movimento ecumênico a alargarem os seus critérios e horizontes hermenêuticos de com-

preensão da fé cristã. Se o ecumênico é intrínseco ao ser Igreja, é porque isso é próprio da fé cristã. Assim, a ecumenicidade da Igreja decorre da ecumenicidade da fé que ela professa. Urge, portanto, uma teologia ecumênica na compreensão e explicitação da fé. Uma Igreja não aberta ao ecumenismo é contraditória à própria fé. Isso implica numa nova eclesiologia, incorporando dois principais elementos: 1) as experiências eclesiais de ecumenismo; 2) os resultados do diálogo ecumênico sobre a natureza da fé cristã e da Igreja. Em outros termos, trata-se de refazer o corpo doutrinal e eclesial na perspectiva ecumênica, mostrando a ecumenicidade da fé cristã e da natureza da Igreja. Temos, assim, o fim do imobilismo dogmático com tendências exclusivistas que, por muito tempo, orientou a racionalidade teológica da fé cristã e da consciência eclesial.

– Na re-organização institucional: a consciência ecumênica da fé exige das igrejas uma renovação institucional que seja espaço de comunhão, liberdade, diálogo, tolerância, inclusão. O ecumênico torna-se critério para a re-organização institucional das igrejas, em busca da fidelidade ao Evangelho da unidade, no interior, mas também para além das próprias tradições. O Evangelho precisa ser libertado de toda possível manipulação que vise a simples legitimação de estruturas e instituições. Assim, a capacidade de flexibilidade estrutural, todas as vezes que se fizer necessária para a visibilidade da comunhão evangélica, mostra o nível de sintonia das igrejas com o movimento ecumênico. Compreende-se, então, que o ecumenismo, como “movimento” implica num considerável grau de espontaneidade, dinamicidade e liberdade em relação às estruturas eclesiais sem, obviamente, prescindir delas.

– Na ação pastoral: se a dimensão ecumênica da fé possibilita o redimensionamento institucional das igrejas, a consequência é o surgimento de uma nova ação evangelizadora – que seja ecumênica. Uma compreensão ecumênica da fé que implica numa re-organização eclesial repercute na ação pastoral, pela relação das igrejas entre elas mesmas e com a sociedade. Para isso, as igrejas são chamadas a se inserirem cada vez mais no contexto social em que se encontram, compreendendo que os desafios para a evangelização são comuns a todas. Aqui se mostra a possibilidade da cooperação ecumênica na evangelização. O lema deveria ser: “não mais fazer separado o que a consciência cristã possibilita, e exige, fazer juntos”.

– Na ação social: no meio social, o ecumenismo restaura a força profética das igrejas. Ele testemunha a unidade dos cristãos diante da sociedade dilacerada por forças ideológicas que desintegram a vida humana e

do planeta. O ecumenismo é profético contra os sofrimentos injustos pelos quais passa o povo de Deus, como a pobreza, a fome, a violência. Uma igreja sozinha pouco ou quase nada pode fazer diante desses desafios.

– Na espiritualidade: a perspectiva ecumênica na compreensão da fé, na re-organização institucional, na evangelização e no compromisso social exige uma espiritualidade também ecumênica que seja alimento da fé, que vivifique as instituições eclesiais e que sustente a ação pastoral. As igrejas contribuem com o movimento ecumênico, refazendo a própria espiritualidade, de modo que a mística da unidade se torna a referência central da vida cristã.

5 - Concluindo: passos para o caminhar ecumênico das igrejas

5.1 - A necessidade de releitura histórica

O que foi dito acima será possível, quando as igrejas tiverem a coragem de rever sua própria história, não mais sob o prisma do confessionalismo, mas do cristianismo conforme o Evangelho, que extrapola as fronteiras confessionais. Teremos, então, uma “história ecumênica” da Igreja – feita pelas igrejas – o que significa compreender que cada uma delas é uma expressão particular e legítima da universalidade do Evangelho.

A história confessional das igrejas suplantou a história do cristianismo e do ecumenismo. Surge aqui a interrogação, se é possível uma “história cristã” que não seja confessional. Não é isso o que se propõe, seria abstração, pois a fé cristã é concreta e se expressa numa comunidade real. O que se propõe é um pouco mais de humildade às igrejas: ao pensarem a própria história, não podem confundi-la com o cristianismo e muito menos com o Evangelho. A particularidade daquela não expressa toda a universalidade destes.

Nesse re-pensamento histórico, surge uma segunda interrogação: que incidência tem a história do movimento ecumênico na história das igrejas? Como os eventos como a Conferência Missionária de Edimburgo (1910), do Panamá (1916), a criação do Conselho Mundial de Igrejas (1948), do CLAI e do CONIC (1982) repercutem na consciência histórica das igrejas? Que peso eclesial possuem os atuais organismos ecumênicos que têm as próprias igrejas como seus componentes? Como as lideranças eclesiásticas compreendem as lideranças do movimento ecumênico? Essas questões não têm respostas fáceis. E é triste concluir com um certo pessimismo, mas realista, que a história do ecumenismo é desconhecida pelas igrejas, o que significa

que um século de iniciativas ecumênicas possui pouca (ou nenhuma) incidência na consciência histórica das tradições eclesiais. E isto leva a pensar que as igrejas entendem viver muito bem sem o ecumenismo...

5.2 - A recriação do universo semântico de três elementos:

... do cristianismo do Evangelho, para além das tradições eclesiais; das igrejas, como concreções históricas do cristianismo (mas sendo que nenhuma, sozinha, o realiza plenamente); e do ecumenismo, como possibilidade de um e de outro (do cristianismo e das igrejas).

– Cristianismo: deve-se indagar sobre a possibilidade de compreender o ser cristão num sentido amplo, que permita o reconhecimento do conteúdo evangélico (caridade, justiça, solidariedade, defesa da vida, fé no Transcendente como Deus criador e salvador...) em ambientes que não assumem a “forma cristã” de vida. Esse “sentido amplo” permite perceber que o ponto de encontro entre povos, culturas e religiões é Jesus Cristo, ao qual a humanidade encontra-se de algum modo vinculada, para além do próprio cristianismo, que é para os cristãos a forma histórica da fé no Deus de Jesus Cristo⁷. Mas existem outras formas de expressão da fé no Transcendente – numa compreensão positiva do pluralismo religioso.

– Igreja: como consequência, alarga-se a compreensão de Igreja, entendida como a “assembléia dos convocados por Deus” (Jo 24). E Deus, como criador de todo o gênero humano, não pode convocar apenas alguns privilegiados para formarem a sua ekklesia, excluindo outros. Assim, por “Igreja” pode-se entender a comunidade de salvação, de modo que todos os que se salvam já estão na Igreja – como entendia Agostinho, a ecclesia ab Abel, a comunidade dos justos. Neste sentido, é a prática da justiça que determina a fidelidade ou não à igreja. Em termos de fidelidade e coerência há primazia da ortopraxia evangélica em relação à ortodoxia. Este é um princípio ecumênico fundamental.

– Ecumenismo: o termo ecumenismo precisa ser recuperado em seu sentido etimológico, como a casa de todos, o mundo habitado, a responsabilidade comum pela administração/cuidado da casa comum (oikonomia-oikoumene). Mais que enfatizar o significado técnico de ecumenismo, que historicamente assumiu um sentido hermético no mundo cristão, há que se

7 O Concílio Vaticano II possibilita tal reflexão ao compreender que, mesmo “os que ainda não receberam o Evangelho se ordenam por diversos modos ao Povo de Deus”, e que a graça opera no coração de todas as pessoas de boa vontade (Lumen Gentium, n. 16). A razão é que Cristo morreu por todos, e por isso “o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal” (Gaudium et Spes, n. 22).

ênfatisar o seu significado existencial, de convivência, co-responsabilidade, parceria, o que é comum a toda a humanidade. Ecumenismo diz respeito ao próprio mundo como condição para ser/existir e ao modo de ser no mundo. Amplia-se o horizonte semântico do termo: a ecumene abriga todos os seres e todos os credos, alargando a meta da unidade buscada.

5.3 - Inserção na “tradição ecumênica”

O ecumenismo não é uma questão periférica na Igreja e na vida cristã, conservada na faixa da auto-defesa, sem ser assimilada. Ele não pode ser concebido como um “problema”, mas como uma rica dimensão do desenrolar da salvação na história. Ele aponta para aqueles traços que caracterizam a fé cristã e eclesial face a um dinamismo novo que não aparece como ameaça ao modo como as igrejas comunicam sua mensagem e às suas bases estruturais. O ecumenismo exerce positivamente sobre a Igreja o papel de “arrancar o astro solitário de sua trajetória, introduzi-lo num sistema de movimento cujo centro não mais se situa nele próprio, mas para além de si”⁸.

Isso é o que acima vimos como inserção na tradição ecumênica. Tal inserção significa “vencer uma psicologia eclesial de tipo ptolomaico e fazê-la evoluir para um consenso, copernicano, passar de um ipsocentrismo, a um teocentrismo cristológico”⁹. Com isso, ganha não apenas o ecumenismo, mas a Igreja como um todo. Ela renova-se dentro de seus próprios quadros referenciais, como a catequese, a liturgia, o planejamento pastoral. Trata-se de um “novo situar-se” face à sociedade, às outras igrejas e religiões, requerido pela evangelização e ação social, de modo que a práxis ecumênica apele constantemente para o diálogo, a cooperação, a comunhão. Tudo depende da capacidade que a instituição tem de abandonar o isolacionismo na percepção e execução da sua tarefa. Superando a mentalidade insular, à força de estudo ou de confronto com a realidade sócio-eclesial plural, emerge uma nova consciência eclesial e ecumênica a um só tempo, menos peremptória, mais referencial, mais diaconal e, portanto, mais ecumênica.

Inserir-se na “tradição ecumênica” não significa repetir na Igreja local as práticas realizadas em outras latitudes. Trata-se de desenvolver uma recepção criativa, dinâmica e contextualizada. Para isso, é necessário que

8 KRISCHKE, P. J.; PRADO, R. Ecumenismo e Renovação. [S. l.]: Arquivo da CNBB, [s. d.]. Mimeografado. p. 18.

9 KRISCHKE; PRADO, p. 18.

tanto as lideranças eclesiais quanto as comunidades dos cristãos estejam a par das conquistas do movimento ecumênico para fazê-las frutificar em seu meio.

Referências

CONCÍLIO Vaticano II. *Gaudium et spes: Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, n. 22, 1966.

CONCÍLIO Vaticano II. *Lumen gentium: Constituição dogmática sobre a Igreja*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, n. 16, 1967.

CONCÍLIO Vaticano II. Decreto sobre o ecumenismo. *Unitatis Redintegratio*. n. 6.

JOÃO Paulo II. *Ut unum sint*. São Paulo: Paulinas, n. 9, 2004.

KRISCHKE, P. J.; PRADO, R. *Ecumenismo e renovação*. [S. I.]: Arquivo da CNBB, [s. d.]. Mimeografado.

WOLFF, Elias. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2002.